

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

POLICY FOR BUILDING NEW PROFESSORS AND THE COVENANT NATIONAL BY LITERACY IN THE RIGHT AGE

Elianeth Dias Kanthack HERNANDES¹

Ana Paula Pereira OLIVEIRA²

Camila Silvia dos SANTOS³

RESUMO: Este texto tem a finalidade de registrar a primeira etapa de um projeto de pesquisa que pretende, em seu formato integral, avaliar os referenciais teóricos, a metodologia de formação, a organização do material didático e os efeitos da implementação do programa de formação de professores alfabetizadores ligados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em escolas do Estado de São Paulo. Numa abordagem qualitativa, procedemos inicialmente a análise dos documentos e discursos oficiais e da bibliografia que é utilizada para subsidiar essa implementação. A seguir questionamos aos sujeitos da pesquisa sobre o material, suas concepções e efeitos que estaria, ou não, produzindo nas práticas de formação de Alfabetizadores. Nossas conclusões, ainda que parciais, indicam que o PNAIC apresenta algumas contradições, entre elas não ter como referência na sua bibliografia de apoio, pesquisadores de regiões que têm alcançado maior sucesso no ciclo de alfabetização. Além disso, os cursistas explicitam algumas incoerências entre o que está sendo proposto pelos idealizadores do PNAIC e o que está sendo vivenciado na formação.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Professores. Políticas Educacionais. PNAIC.

INTRODUÇÃO

Começamos lembrando primeiramente que a população brasileira tem assistido, nos últimos anos, o movimento dos governos no sentido de implementar políticas que têm o objetivo declarado de melhorar a qualidade da Educação no país. Diversos desses programas têm sido criados com a finalidade de reverter um quadro desfavorável que tem sido observado a cada novo resultado não satisfatório nos Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos resultados das avaliações estaduais - como no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - ou no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

¹ Mestre e Doutora em Educação pela Unesp/Marília. Professora Assistente Doutora lotada no DASE/FFC/Unesp/Marília. Atuou como Supervisora do PNAIC/Unesp/Marília em 2013 e 2014. Vice-líder do Grupo de Pesquisa CEPAE/Unesp e do Grupo de Pesquisa e Avaliação de Políticas Educacionais/FFC/Unesp/Marília. Endereço eletrônico: netezeu@gmail.com

² Licencianda em Pedagogia, Unesp/Marília. Membro do Grupo de Pesquisa CEPAE/Unesp/Marília. Endereço eletrônico: mis.anapaula@gmail.com

³ Licencianda em Pedagogia, Unesp/Marília. Membro do Grupo de Pesquisa CEPAE/Unesp/Marília. Endereço eletrônico: camilasilvia_92@hotmail.com

É no contexto das reformas educacionais brasileiras ocorridas a partir de meados da década de 1990 e no intuito de cumprir as metas assumidas na Conferência Mundial sobre Educação para todos, em Jontiem, Tailândia, em 1990 e no fórum de Dakar, realizado em 2000, que o Brasil firma, em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como um compromisso de alfabetizar todas as crianças até no máximo oito anos de idade. Essa política educacional acaba se configurando como uma política de formação continuada de professores em grande escala, que passaremos a analisar nos limites deste trabalho.

Para responder às demandas surgidas nesse contexto, foram realizados, nas últimas décadas vários programas de formação continuada de professores, tanto, em nível nacional, como no Estado de São Paulo. Isto ocorreu com a intenção declarada de atender as demandas nacionais e locais, e se efetivou na oferta de programas que tiveram como finalidade a formação continuada de professores. Podemos destacar entre os programas implementados, os seguintes: Alfabetização Teoria e Prática (SEE de São Paulo) Por trás das Letras (SEE de São Paulo), PROFA (MEC) Letra e Vida (SEE de São Paulo), Pró-letramento (MEC), Ler e Escrever (SEE de São Paulo), e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa/PNAIC (MEC) etc.

Para melhor compreensão desse contexto, este trabalho investigativo tem a finalidade de registrar as primeiras etapas de um projeto de pesquisa que pretende em seu formato integral avaliar os referenciais teóricos, a metodologia de formação, a organização do material didático e os efeitos da implementação do programa de formação de professores alfabetizadores ligados ao PNAIC em escolas do Estado de São Paulo, analisando suas contribuições e possíveis contradições.

Para melhor delimitar as intenções desse texto é preciso esclarecer que estamos em fase inicial de pesquisa de um trabalho investigativo que deve durar cerca de dois anos, pois pretende o acompanhamento presencial das ações de implementação do PNAIC, no estado de São Paulo, e os efeitos desse Programa de Formação na prática dos sujeitos envolvidos. Nesse momento, estamos em fase de contextualizar essa política de formação e de analisar os documentos oficiais que orientam essa implementação, com foco especial nos dados apresentados e nas intenções declaradas, comparando as intenções explicitadas com o que dizem os sujeitos dessa ação – os cursistas do PNAIC. Todo esse movimento tem a intenção de buscar aproximações e contradições entre os discursos e a ações.

Optar por avaliar a implementação de uma ação de política educacional presuppõe, no nosso entender, assumir riscos e entender que a implementação modifica as políticas (ARRETCHE, 2001, p. 45) e muitas vezes distanciam os objetivos e o desenho do programa, tal como foi idealizado, quando atingem diversos beneficiários. Sobre isso Draibe (2001) faz a seguinte afirmação:

As políticas ou programas têm vida. Nascem, crescem, transformaram-se, reformam-se. Eventualmente estagnam-se, às vezes morrem. Percorrem, então, um ciclo vital. Um processo de desenvolvimento, de maturação e, alguns deles de envelhecimento

ou decrepitude. É este ciclo (ou alguns de seus momentos) que constitui o objeto das avaliações de processo. As políticas e os programas também têm, em contrapartida, carne e osso, melhor, têm corpo e alma. São decididas e elaboradas por pessoas, são dirigidas por pessoas ou ao seu habitat, são gerenciadas e implementadas por pessoas e, quando isso ocorre são avaliadas também por pessoas. Ora, as pessoas ou o grupo de pessoas que animam as políticas, fazem-no segundo seus valores, seus interesses, suas opções, suas perspectivas, que não são consensuais, nem muito menos unânimes, como sabemos. Ao contrário, o campo onde florescem as políticas e programas, pode ser pensado como um campo de força, de embates, de conflitos, que se sucedem e se ‘resolvem’ ao longo do tempo. (DRAIBE, 2001, p. 26).

A relevância de estudarmos os efeitos da implementação de um programa federal de formação continuada de professores alfabetizadores fica evidenciada quando analisamos o Banco de Teses da CAPES e identificamos, pelos resumos disponibilizados, que nos últimos cinco anos, dos mais de 400 trabalhos que abordam o tema ‘formação de alfabetizadores’, apenas 66 deles têm como foco pesquisas sobre formação continuada de alfabetizadores. Outro fator que nos motivou foi a amplitude do PNAIC, envolvendo todos os estados brasileiros e a possibilidade de acompanhar a totalidade do seu processo de implementação, uma vez que, o programa está em fase inicial e acontecendo de forma concomitante com esse estudo investigativo.

É preciso esclarecer que em nossa concepção, só poderemos entender os reais efeitos da implementação do PNAIC, se o analisarmos a partir de sua inserção no contexto maior da educação nacional e na perspectiva das políticas públicas que engendram a sua organização. Por isso, a análise dos dados será realizada levando em consideração esse contexto mais amplo e a complexidade do objeto de pesquisa, por entendermos que durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho.

Os questionamentos que foram previamente elaborados para essa etapa do trabalho investigativo, - que são: 1) o que dizem os documentos oficiais?; 2) o que fica evidenciado nos discursos dos propositores desse programa?; 3) o que dizem os números; 4) O que dizem os educadores que participam do curós de formação do PNAIC? - podem ser ampliados no decorrer da pesquisa.

Como procedimentos de coleta de dados, tivemos que considerar que o PNAIC atinge todos os estados brasileiros, com a adesão anunciada pelo MEC de 90% dos municípios. Dessa forma, optamos por colocar o foco do trabalho no Estado de São Paulo, em especial no programa de formação desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Para melhor explicar essa opção esclarecemos que em São Paulo, tanto as redes municipais, como a estadual, estão sendo formadas por três universidades públicas – UNICAMP, UFSCar e UNESP, sendo que essa última atende a grande maioria dos participantes. Isso fica constatado quando vemos os números: a UNESP trabalha diretamente com a formação de 464

Coordenadores locais, o que representa 72% do total de 645 municípios do Estado de São Paulo. Daí a nossa opção.

De forma complementar, numa segunda etapa de investigação, selecionamos o polo regional de Marília para captação de informações junto aos sujeitos participantes a respeito dos efeitos do PNAIC na prática dos alfabetizadores abrangidos por esse programa de formação.

SOBRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O PNAIC foi instituído em 2012 pelo Governo Federal, por meio da Portaria 867, de 04 de julho de 2012. Essa norma define a parceria com estados e municípios que reafirmaram e ampliaram os compromissos previstos no Decreto 6.094/2007 (Compromisso Todos pela Educação), especificamente no tocante ao inciso II do art. 2º - 68025 “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”. O Pacto passa a abranger: alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática; realização de avaliações anuais em larga escala, pelo INEP, para os concluintes do 2º e do 3º ano do Ensino Fundamental e apoio gerencial, no caso dos estados, aos municípios que tenham confirmado sua adesão ao Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa/PNAIC. A Portaria citada estabelece as responsabilidades de cada uma das instâncias participantes e quem serão os atores sociais que trabalharão no Pacto e suas atribuições.

Na sua organização estrutural, a formação continuada promovida pelo PNAIC segue as características do modelo em cascata: “[...] no qual um primeiro grupo de profissionais é capacitado e transforma-se em capacitador de um novo grupo [...]” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 202). No Pacto, são selecionados Orientadores – professores da própria rede de ensino que, de preferência, tenham participado da formação do Pró-letramento – que recebem as orientações dos professores formadores selecionados pelas universidades para, a seguir, realizarem a formação com os professores alfabetizadores. É preciso ressaltar que as autoras citadas afirmam que esse modelo de formação, “[...] embora permita envolver um contingente profissional bastante expressivo em termos numéricos, tem-se mostrado pouco efetivo quando se trata de difundir os fundamentos de uma reforma em suas nuances, profundidade e implicações” (p. 202).

A territorialização do PNAIC foi feita por meio da criação de polos de formação constituídos por Municípios e Diretorias Regionais de Ensino, gerenciados pelas Universidades Públicas (Estaduais e Federais). Esses polos são organizados pelos seguintes atores sociais: supervisores gerais (indicados pelas Universidades), os professores/formadores (selecionados pelas universidades), os coordenadores das redes estaduais e municipais, orientadores de estudos (indicados pelas Secretarias Municipais da Educação) e os professores/alfabetizadores que estão na regência das classes de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

Para justificar a opção por essa política educacional denominada Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa o representante do governo federal – César Callegari – Secretário Nacional de Educação Básica do MEC informa, na primeira videoconferência de lançamento do PNAIC⁴ que o governo fez um estudo sobre o número de crianças acima de oito anos que não estavam plenamente alfabetizadas. O resultado do estudo citado pelo Secretário Nacional foi registrado e utilizado para divulgação entre as redes municipais e a estadual em São Paulo, no formato de um mapa do Brasil, onde as cores significavam o nível de alfabetização de alunos no final do 3º ano de Ensino Fundamental. Nesse mapa, as regiões do Brasil apareciam com as cores vermelho, laranja, amarelo e verde. O vermelho indicava que, naquela região, menos de 85% das crianças estavam alfabetizadas com 8 anos; a cor laranja indicava que de 85% a 90% das crianças estavam alfabetizadas com 8 anos; o amarelo indicava que de 90% a 95% das crianças estavam alfabetizadas com 8 anos; e o verde indicava que de 95% a 100% das crianças estavam alfabetizadas com 8 anos. O impacto da visualização desse mapa ficava evidenciado pela reação dos participantes das formações do PNAIC, frente ao predomínio da cor vermelha, como registramos a seguir:

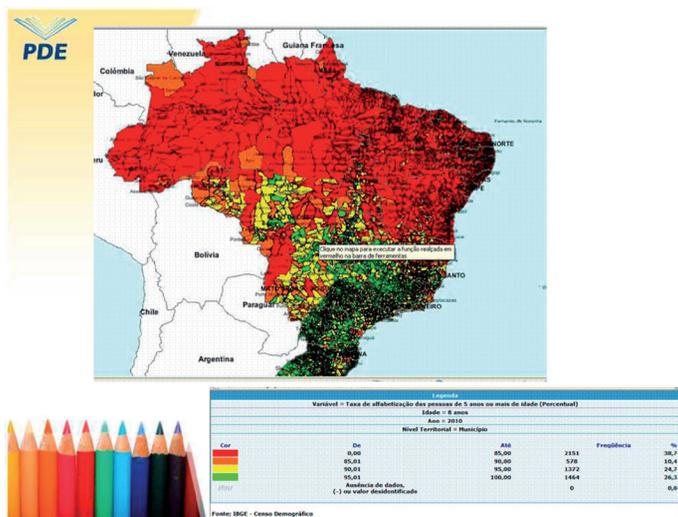


Figura 1 – Mapa do Brasil – Alfabetização na idade certa

Fonte: IBGE – Mapa apresentado na Conferência de implementação do PNAIC5

Ao consultarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos últimos anos a região Nordeste brasileira apresenta um índice de 25,4% de crianças não alfabetizadas na idade certa. No Norte do país esse índice fica ainda

⁴ Disponível em <http://centraldemidia.mec.gov.br/play.php?vid=1219> Acesso em 15/12/2013.

⁵ Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=mapa+do+brasil+com+vari%C3%A1vel+de+taxa+de+alfabetiza%C3%A7%C3%A3o+de+8+anos&biw=1024&bih=475&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0CAYQAUoAw6VChMI77Ty2Ov7xwIVhROQCh3F_Qx-#imgrc=kBezYyuLzkHtM%3A. Acesso em 13/12/2013.

mais grave porque atinge 27,3 % de não alfabetizados até os 8 anos. Já nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul esses indicadores negativos são reduzidos para 9,0%, 7,8% e 6,6% respectivamente.

Esses dados têm sido utilizados pelos propositores desse pacto para justificar a amplitude e os investimentos que estão sendo direcionados para o PNAIC. O sítio do Programa Todos pela Educação ao acompanhar as ações do MEC cita a destinação orçamentária para o programa, usando os seguintes argumentos fornecidos pelos propositores dessa política educacional:

O Brasil tem, hoje, quase 8 milhões de crianças matriculadas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental em escolas públicas. Com orçamento total de R\$ 3,3 bilhões, o pacto comporta quatro dimensões: formação dos professores alfabetizadores; fornecimento de materiais didáticos; avaliação da alfabetização e também gestão e mobilização.[...] 283.469 professores alfabetizadores se cadastraram até agora no programa de formação continuada em alfabetização, previsto no pacto – o orçamento prevê uma meta de 360 mil educadores. Além disso, já somam 16.842 mil os orientadores de estudo que atuarão como formadores locais. Eles se formaram em um curso de 200 horas oferecido pelas 38 universidades públicas que participam do pacto.⁶

O MEC tem informado que para a implementação do PNAIC trabalha com um total de 38 universidades públicas (federais e estaduais). Ao fazermos um recorte para os dados relativos apenas ao que cabe à UNESP, fica mais evidenciada a amplitude e a complexidade desse pacto e do programa de formação de professores alfabetizadores proposto por ele. O trabalho de formação e acompanhamento do PNAIC realizado pela UNESP está organizado em 9 polos no interior do estado de São Paulo. Em 2014, a configuração é esta: Araraquara, Bauru, Itapeva, Marília, Praia Grande, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba.

Além do programa de formação continuada, o inciso II do artigo 6º da Portaria MEC nº 8677, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa, prevê a distribuição de materiais didáticos, de literatura e tecnologias educacionais. Da análise do material recebido pelos formadores e orientadores de estudos pudemos identificar que o mesmo é composto de: três cadernos introdutórios com os seguintes temas: Apresentação do PNAIC; Caderno de formação de professores e; Caderno de Educação Especial. Foram distribuídos ainda mais oito cadernos para cada um dos anos abrangidos pelo programa de formação (1º, 2º e 3º do Ensino Fundamental) e um para as escolas do Campo. Esses cadernos têm como conteúdo principal os textos teóricos sobre os temas de formação, relatos de professores e sugestão de atividades que foram realizadas e pretendem ser modelizadoras para os professores alfabetizadores que estão participando do PNAIC.

⁶ Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/27323/pnaic>, junho de 2013.

⁷ Disponível em: http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/19_2132145146182012_PORT%20867-2012%20Institui%20o%20PNAIC%20-%20Pacto%20Nacional%20pela%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20na%20Idade%20Certa.pdf Acesso em 13/12/2013.

ANÁLISE INICIAL DOS DADOS COLETADOS

Em uma próxima etapa deste trabalho investigativo fizemos uma análise desse material distribuído pelo MEC, com vistas a identificar, com maior fundamentação, os pressupostos teóricos que estão estruturando as concepções de ‘alfabetização’, ‘letramento’, ‘ensino’, ‘aprendizagem’, ‘sistema de escrita alfabético’, ‘consciência fonológica’, ‘direito de aprendizagem’, entre outros, que são utilizados de forma recorrente nesse material.

Além desses Cadernos, considerados de apoio para os professores matriculados no curso de formação, para a implementação do PNAIC o MEC conta também com a oferta de Livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com jogos pedagógicos para apoio à alfabetização, com obras de literatura e de pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Apesar da ênfase dada pelos propositores/implantadores do PNAIC sobre a importância desse material para que o pacto atinja aos fins a que se propõe, é interessante verificar que no sistema de gerenciamento eletrônico do programa – SIMEC – fica evidente a dificuldade de recebimento, pelos estados e municípios, do material prometido.

Em acesso realizado nesse sitio oficial do MEC, em 29/01/2014, foi possível constatar no relatório feito a partir de respostas dadas pelos usuários desse sistema, que 317 respondentes afirmam que seu estado/município recebeu todo o material de formação do pacto, mas 449 afirmaram que receberam parcialmente e 20 declararam que não receberam nenhum material.

É importante lembrar que a etapa de formação relativa ao ensino da língua portuguesa estava prevista para ser realizada totalmente, em 2013. Dessa forma, entendemos que em muitos lugares esse trabalho ficou comprometido pela falta do material que deveria ter sido enviado com antecedência. Ou resta esclarecer se os materiais que subsidiariam os estudos e as práticas decorrentes do que eles propõem não são assim tão importantes. Nesse caso, se a resposta for afirmativa, porque então um investimento tão grande naquilo que é dispensável para as finalidades do programa de formação?

Para dar início ao estudo desse material veiculado pelo PNAIC optamos por realizar uma primeira análise da bibliografia de referência assumida pelo pacto e disponibilizada para os participantes da formação, buscando identificar a organização e a priorização dos temas, bem como, a origem dos autores na tentativa de elucidar onde estão alicerçadas as concepções teóricas e os encaminhamentos do PNAIC. Nessa aproximação inicial com a bibliografia de referência pudemos verificar que ela está organizada por temas e que existe priorização de alguns temas sobre outros, com a seguinte organização:

Tabela 1 – Distribuição dos textos utilizados pelo PNAIC por eixo temático

Eixo Temático	N ^a de textos
Alfabetização e Letramento	6
O Ensino da Língua Portuguesa	5
O Lúdico e a Literatura na Alfabetização	3
Planejamento	3
Biblioteca	3
Recursos Didáticos	2
Organização da Rotina	2
Currículo	1
Interdisciplinaridade	1
TOTAL	26

Fonte: as autoras

Entendemos que a organização dos eixos temáticos pretende evidenciar que a concepção de alfabetização assumida pelo PNAIC é a que percebe o processo de aquisição da base alfabética da escrita e o letramento como dois processos específicos, ainda que concomitantes. Sobre isso, o material de formação de professores alfabetizadores fornecido pelo Pacto, traz no seu caderno de apresentação, a seguinte informação:

A concepção adotada no âmbito do PNAIC é a da Alfabetização na perspectiva do Letramento. Ou seja, entende-se e defende-se que é preciso que a criança domine o Sistema de Escrita Alfabética, mas que também desenvolva habilidades de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas, com autonomia.(p.21)⁸.

Para Mortatti (2013) alguns equívocos têm sido cometidos nos últimos anos com a intenção de garantir a alfabetização para além os níveis rudimentares da escrita. Sobre isso, a autora esclarece:

A partir da década de 1990, [...] — vieram-se juntar: a proposta de letramento, visando a complementar os níveis rudimentares de aquisição da escrita necessários para se considerar o aluno alfabetizado; propostas salvacionistas de reconvocação do método fônico e as novas demandas e implicações didático-pedagógicas relacionadas com o cumprimento das metas globais para a alfabetização escolar (MORTATTI, 2004, 2007, 2009). (MORTATTI, 2013, p. 11).

Esse caminho inclui a formulação de outros problemas, muitos deles de difícil compreensão, se baseados tanto nos referenciais que vêm sendo consensualmente utilizados, quanto naqueles convocados como mera inovação pela inovação, no contexto acadêmico da “pesquisa de resultados (estatísticos)”, desconsiderando o conhecimento acumulado sobre o tema e as especificidades do “conceito brasileiro de alfabetização” (MORTATTI, 2011a, p. 9) e do não menos brasileiro conceito de “letramento”, cujas especificidades políticas, sociais e educacionais constituídas historicamente vêm sendo homogeneizadas, conforme parâmetros internacionais,

⁸ Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/pnaic_apresentacao.pdf

e silenciadas em um único termo/conceito — “literacy” — do idioma oficial das políticas globais. (MORTATTI, 2013. p. 13).

Neste texto a autora alerta sobre a vinculação entre o cumprimento de metas (como todos estarem alfabetizados aos 8 anos) e a de busca de resultados nas avaliações externas (Prova Brasil e SARESP)⁹ com uma concepção de letramento que foi assumida a partir da década de 1990, no Brasil. A priorização estabelecida na bibliografia de referência do PNAIC, ao destinar para os participantes do programa um maior número de textos que pressupõe a dupla existência de processos na formação do leitor/produzidor de textos, ou seja, a alfabetização e o letramento, nos permite concluir que existe uma preocupação real com metas e resultados nas avaliações externas, mas esses resultados serão indicativos de que mais brasileiros estão incluídos na cultura escrita, com plena competência leitora e produtora de textos de diferentes gêneros?

Ao buscarmos conhecer os autores que elaboraram os textos que estão sendo usados como referência pelos formuladores do PNAIC, nos defrontamos com algumas questões interessantes. Dos 34 autores relacionados, 10 não aparecem, como constam, nos locais formalmente utilizados para registro de currículos, dessa forma, não foi possível identificar o seu vínculo acadêmico; 9 pertencem à Universidade Federal de Pernambuco; 7 estão vinculados profissionalmente à Universidade Federal de Minas Gerais; 3 atuam em Universidades Federais do estado do Rio de Janeiro; 2 são docentes da Universidade de Brasília; por fim, existe apenas 1 único representante para cada uma das seguintes Universidades Públicas dos Estados de Mato Grosso, Pará e São Paulo.

Os dados acima registrados nos chamaram a atenção porque os autores que foram privilegiados para embasar teoricamente o PNAIC, em sua maioria, atuam em cursos de graduação, na formação de professores em Estado Brasileiros que apresentam maiores índices de alunos não alfabetizados na idade certa. O que queremos destacar, por exemplo, é que os Estados da região Sul que têm os melhores índices de acordo com o MEC (vide figura 1 - Mapa do Brasil – Alfabetização na Idade certa), não têm representantes entre os autores que conseguimos identificar.

Além de buscarmos refletir sobre a priorização temática do referencial bibliográfico do PNAIC e dos autores que embasam sua programação, pretendemos, na continuidade dessa pesquisa, aprofundar o conhecimento sobre os referenciais teóricos que sustentaram a elaboração do material de formação. Isto porque, entendemos que existem algumas contradições e alguns posicionamentos que precisam ser mais bem investigados para que o trabalho que estamos realizando possa contribuir, de fato, para a discussão de problemas e perspectivas para o ensino da leitura e da escrita no Brasil. Por estarmos na fase inicial da pesquisa, essa contribuição torna-se inviável nos limites deste texto, mesmo porque acreditamos no que está afirmado a seguir:

⁹ SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo

[...] a cadeia entre a formulação e a implementação das políticas é um fenômeno multiplexo, ou seja, ocorre em distintos níveis, e cada um desses níveis administrativos e burocráticos constitui em si um locus de formulação-implementação mediante o qual a política é traduzida e adequada de acordo com seus próprios recursos, linguagens, interações e referenciais da comunidade de profissionais alocados em cada um desses níveis. (LOTTA; PÁVEZ, 2010, p.114).

Realmente, as ações que acontecem entre a formulação e a implementação das políticas de abrangência nacional, como no caso do PNAIC, é um processo de criatividade, de resistência e até mesmo de subversão. As políticas não são implementadas como foram concebidas porque os atores também são seres políticos, portadores de desejos, sujeitos que atuam a partir de referenciais próprios. Por isso, registramos a seguir alguns dados que coletamos na aplicação de um questionário destinados aos cursistas do PNAIC.

DANDO VOZ AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para ampliar a reflexão sobre os efeitos do PNAIC, além do levantamento da produção teórica e dos dados levantados na análise documental realizada buscamos dar voz aos sujeitos desse processo. Para isso, aplicamos um questionário para os coordenadores locais e orientadores de estudo que participam do PNAIC, na região de Marília, com questões que abordaram a formação inicial, a experiência profissional e suas impressões sobre o material do Pacto.

Da coleta de dados que realizamos com a aplicação dos questionários, elaboramos gráficos para facilitar a visualização e ajudar a elaborar as análises pretendidas.

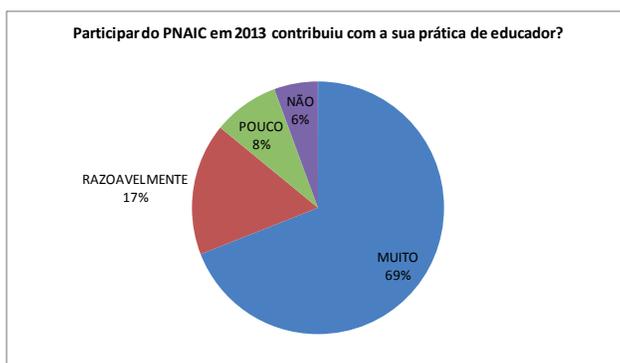
Gráfico 1 – Do tempo de experiência como Alfabetizador



Fonte: as autoras

Para análise do gráfico acima é importante considerar que os respondentes são os responsáveis pela formação dos professores alfabetizadores no PNAIC. Se uma parcela significativa (42%) dos orientadores de estudos e coordenadores locais tem mais de 10 anos de experiência como alfabetizadores, chama a atenção o fato de que 27% deles possuem menos de 5 anos de experiência na prática da alfabetização e que 7% não possuem nenhuma experiência na área.

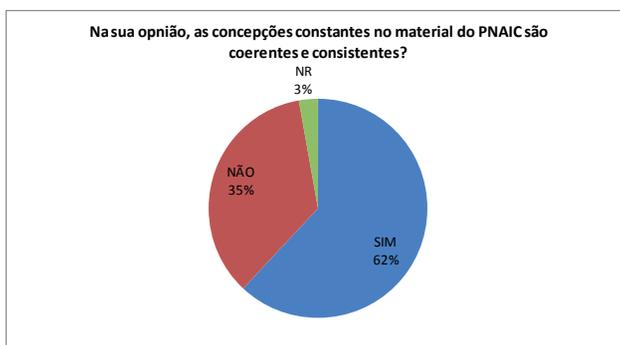
Gráfico 2 – Contribuição do PNAIC para a prática



Fonte: as autoras

É interessante observar que 31% do total de participantes do PNAIC/Marília entendem que o curso contribui apenas razoavelmente, pouco ou não contribui para o desenvolvimento de uma prática docente de mais qualidade. Se pensarmos no investimento que o programa representa, com um orçamento total de R\$ 3,3 bilhões como anuncia o MEC, incluindo nesse montante pagamento de bolsas para todos os envolvidos, podemos concluir que é preocupante que um número tão significativo de sujeitos não reconheça a validade do programa de formação para implementar suas práticas como educadores.

Gráfico 3 – Coerência das concepções do material do PNAIC



Fonte: as autoras

O que este gráfico explicita é um fator que precisa ser explicitado. Os dados demonstram que não existe confiabilidade para grande parte dos participantes (35%) com relação ao referencial teórico assumido pelos autores do material de formação. Resta indagar se a desconfiança quanto à validade das concepções presentes no material, não afetará de forma negativa o que está sendo trabalhado na formação dos professores alfabetizadores. Ao declararem que não consideram consistentes nem coerentes as concepções presentes no material do PNAIC, os cursistas demonstram, em nossa opinião, perceberem que alguns conceitos são apresentados de forma aligeirada no material e outros até não estão respaldados nos exemplos de sala de aula que constam do material impresso.

Por isso tudo, temos a convicção da existência de um caráter multiplexo na implementação do PNAIC (por sua identidade política). Temos também a certeza de que cada instância/polo se constitui em novo lócus de formulação-implementação dessa proposta, e isso nos faz compreender que esse trabalho investigativo-reflexivo demandará um esforço importante por julgarmos muito atual a afirmação de Saviani (1985, p.23) de que ‘toda reflexão deve ser radical, rigorosa e de conjunto’. Estamos iniciando esta investigação, mas pretendemos realizá-la de forma a desvelar o que aqui ainda está apenas pressuposto.

HERNANDES, Elianeth Dias Kanthack; OLIVEIRA, Ana Paula Pereira; SANTOS, Camila Silvia dos. Policy for Building New Professors and the Covenant National by Literacy in the Right Age. Educação em Revista, Marília, v. 17, p.25-38, 2016, Edição Especial.

ABSTRACT: This paper aims to record the first stage of a Project research that seeks in its full format, evaluate the theoretical frameworks, training methodology, the organization of courseware and the effects of implementation of the training program of literacy teachers linked to National Pact for Literacy at Age One - PNAIC schools in the State of Sao Paulo. In one approach qualitative initially proceeded to analysis of official documents and speeches and bibliography that is used to support this implementation. The following question the research subjects about the material, its concepts and effects that would, or not producing the practical training of literacy workers. Our findings, even partial, indicate that PNAIC presents some contradictions between them have no literature reference in its support, regions of researchers have achieved greater success in literacy cycle. In addition, course participants explain some inconsistencies between what is being proposed by the creators of PNAIC and what is being experienced in training.

KEYWORDS: Teachers. Educational Policies. Training PNAIC.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. de (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais*. São Paulo: IEE; São Paulo: PUC/SP, 2001. p. 115-142.

DRAIBE, Sônia M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. de (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais*. São Paulo: IEE; São Paulo: PUC/SP, 2001. p. 8-33.

GATTI, Bernardete Angelina (Org); BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

LOTTA, Gabriela; PAVEZ, Thais R. Agentes de Implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da “Década da Alfabetização” no Brasil. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 33, n. 89, jan./abr. 2013.

SAVIANI, Demerval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 6 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

Enviado em: 12/06/2015.

Aprovado em: 24/11/2015.

